



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 253 - DE 03 A 17 DE FEVEREIRO DE 2003 - R\$ 1,00

Previdência: combater a reforma antitrabalhadora do governo petista



Fome Zero: trabalhadores devem exigir o salário mínimo real

- **Não ao apoio ao governo Lula**
- **Não ao pacto social**
- **Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto**
- **Que o governo atenda as reivindicações das massas e cumpra suas promessas de campanha:
10 milhões de empregos, 3 refeições ao dia aos famintos e reforma agrária**

Ao lado do Iraque contra o imperialismo:

Fora com a resolução da ONU, marionete do imperialismo!

Em defesa da autodeterminação do iraque contra a ingerência norte-americana

Frente ao governo PT/Lula e ao seu programa de Fome Zero, os trabalhadores devem defender o salário mínimo real

Pouco mais de 70 milhões constituem a força de trabalho ocupada no Brasil, envolvendo trabalhadores com carteira assinada, informais, funcionários públicos e autônomos. Segundo o IBGE, de 1989 a 1999, portanto em dez anos, foram eliminados 4,3 milhões de empregos com carteira assinada. Das pessoas ocupadas, 57,7% se encontram no setor informal. Certamente, esse número cresceu nesses dois últimos anos, período que não abarca a pesquisa.

Das pessoas ocupadas, 20% recebem até um salário mínimo. O que significa que 14,4 milhões de trabalhadores têm um salário de fome de R\$200,00. Até R\$600,00, estão 60% da força de trabalho. Os assalariados que recebem até um salário mínimo trabalham na prestação de serviços e na agricultura. Sem dizer que mais de 10 milhões não têm salário, são os trabalhadores vinculados a atividades familiares.

Esses dados mostram que o Brasil é um país de miseráveis. A grande maioria da população que está empregada ganha no máximo três salários mínimos. Acrescentam-se a isso o aumento constante do desemprego e a elevação do contingente de famintos.

O preço da força de trabalho - salário

O trabalhador possui um único bem que é a sua força de trabalho. Está obrigado a vendê-la para os capitalistas (possuidores dos meios de produção). O preço pago pela força de trabalho está sujeito à lei do mercado (da oferta e da procura). Deveria ser o necessário para o sustento do trabalhador e sua família. Ocorre que, cada vez mais, o preço da força de trabalho vem sendo rebaixado. O crescente exército de desempregados atua para rebaixar o preço da força de trabalho. A disposição de grande contingente de força de trabalho faz com que o capitalista pague menos por sua contratação. Ao invés de um salário mínimo necessário para manter o assalariado e sua família, como mecanismo capitalista para reproduzir a própria a força de trabalho, o que se vê é o esmagamento crescente do valor do salário mínimo. O patronato ganha com o rebaixamento do preço da força de trabalho e ganha, mais ainda, pelo fato de contratar por uma jornada de trabalho. O preço da força de trabalho, o salário, não representa o que um trabalhador produz numa jornada de trabalho. Os capitalistas lucram com o preço pago pela força de trabalho e com o aumento da produtividade.

O salário mínimo de R\$200,00 está muito longe de ser o necessário para sobrevivência de um assalariado. Somente a cesta

básica, composta de 13 produtos para a manutenção de um único trabalhador, compromete mais de 80% de seu valor. Sobram R\$30,00 reais para os gastos com transporte, saúde, aluguel, educação e despesas pessoais. Está aí a fonte da miséria.

Um salário mínimo vital

Os organismos dos trabalhadores devem fazer os cálculos reais do preço da força de trabalho, para manter o assalariado e sua família. Nos nossos cálculos, o salário mínimo necessário em torno de R\$2400,00. Isso por que tomamos os seguintes itens para uma família de 4 pessoas:

Alimentação: três cestas básicas	500,00
Açougue:	65,00
feira:	120,00
padaria:	100,00
Aluguel: =	400,00
Água, luz e gás:	150,00
Artigos de residência:	100,00
Vestuário:	150,00
Transportes:	200,00
Remédios e serviços de saúde:	200,00
Educação e materiais escolares:	100,00
Despesas com higiene pessoal:	100,00
Outras despesas:	200,00
TOTAL:	2385,00

Os burgueses dizem que esse valor do salário mínimo é impossível. E que isso quebra a economia do país. Procuram propagandar a idéia de que o salário mínimo estipulado pelo governo é o máximo que o Estado pode garantir. Ou então, que é melhor ganhar pouco e ter um emprego garantido. Na verdade, escondem a brutal exploração que exercem sobre a força de trabalho. É da exploração do trabalho que os capitalistas se enriquecem. No capitalismo, a lei é uma só: que quebre o trabalhador, mas que mantenha o sistema de exploração.

A resposta operária também deve ser uma só: que sobreviva o trabalhador e que quebre o sistema de exploração do trabalho. Para sua quebra a classe operária tem solução: transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, eliminando assim a exploração do trabalho.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Os primeiros passos do governo Lula (II)

Com esse mesmo título, no Massas anterior, demonstramos o governo PT/Lula integrado à máquina capitalista do Estado, orientado para a proteção do grande capital e mascarado pelo assistencialismo do programa Fome Zero. Constatamos o apoio inicial do imperialismo, que aprovou a equipe econômica e o continuísmo da política monetária-financeira. Observamos também o esforço da Presidência da República de convencer os credores internacionais e nacionais de que o novo governo fará o impossível para assegurar-lhes seus capitais e sustentar-lhes os ganhos parasitários. Agora temos um mês de governo. Vejamos mais alguns de seus primeiros passos:

No Fórum Econômico Mundial

Lula passou a representar uma ponte entre o Fórum do imperialismo e o da pequena burguesia reformista do Fórum Social Mundial. A decisão de participar nos dois Fóruns criou descontentamento. O PT afinal é o partido de maior expressão do Fórum Social e Lula representa sua política de humanização do capitalismo.

Como então o Presidente que reuniu os críticos do neoliberalismo iria compartilhar da reunião dos chefes neoliberais? A indignação parou aí. Lula discursou em Porto Alegre explicando que não é homem de duas caras. Iria a Davos para defender as posições que sempre defendeu no Fórum Social.

Frente à platéia dos capitães das finanças, em Davos, procurou encarnar as teses de reforma do capitalismo tão debatidas academicamente no Fórum Social. Exortou uma relação de igualdade entre as nações imperialistas e semicoloniais e ajuda das potências aos países endividados. Clamou por um "fundo internacional" contra a pobreza, uma nova ordem mundial mais justa e paz sob a égide da ONU.

Foi aplaudido pelos magnatas, representantes de governos, Ongs e pela Federação do Trabalho - Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO) - principal central sindical norte-americana. Lula confirmou a posição

do Ministro da Indústria de Lula, Luiz F. Furlan, de que não há oposição entre o Fórum de Davos e o de Porto Alegre, mas "complementariedade".

Acompanhando Lula, os ministros da área econômica aproveitaram para estabelecer conversações com os financeiros, credores, monopolistas e FMI. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, declarou em Davos que o Brasil estava disposto a elevar a meta de superávit para ter como pagar os credores. A missão era "ganhar confiança do mercado" no governo Lula.

Sob o discurso de defesa de uma "ordem mundial justa" e de "guerra à pobreza" o novo governo brasileiro deu mostra de subserviência ao imperialismo.

Aumento do superávit primário

O ministro Palocci confirmou que vai elevar o superávit primário, que no acordo com o FMI é de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB). Caminha-se para cumprir uma das principais cláusulas exigidas pelo FMI. São mais de 50 bilhões de Reais destinados a pagar os juros da dívida interna e externa.

A chamada estabilidade monetária e financeira correspondem ao fiel pagamento de bilhões da gigantesca dívida criada pelos capitalistas e seus governos. Resulta em pesada carga tributária, que em última instância recai sobre a população, em cortes de serviços públicos e redução da capacidade de investimento do Estado na economia.

O superávit primário expressa o saque dos banqueiros contra o país. Dizemos contra o país por não de ater a uma simples negociata entre capitalistas. Atinge as bases econômicas e esmaga as condições de vida das massas.

CPMF e imposto de renda

A taxa bancária do CPMF foi prorrogada. Trata-se de um imposto que atinge diretamente o assalariado. O PT, na oposição, denunciava a iniquidade do CPMF; o PT, no governo, o defende como necessário à "estabilidade".

O mesmo se passou com o não reajuste inflacionário do imposto de renda. Essa manobra tem penalizado a classe média.

Esses impostos são fundamentais para sustentar o acordo com o FMI de superávit primário. Se o governo pretende aumentá-lo, tem de manter a pesada carga de impostos, não importando se aumenta a concentração de renda e sangra o país. A idéia de distribuir renda, que consta do programa reformista do PT, não resiste ao poder dos banqueiros. Resta-lhe o hipócrita programa Fome Zero.

Lançamento do Programa Fome Zero

Depois de muita briga em torno do Fome Zero, envolvendo a participação da Igreja Católica, Lula o lançou no dia 31 de janeiro. Limitou-se a um projeto piloto, a ser aplicado em dois municípios do Piauí, Guaribas e Acauã. Neles, manifesta-se o maior índice de miséria. Durante 6 meses, 716 famílias receberão 50 Reais, na forma de um cartão-alimentação.

Comprovado o teste, o Fome Zero será estendido para 957 cidades do nordeste. Será feita uma nova avaliação.

O valor de 50 Reais é uma esmola. Compra uma pequena fração da cesta básica. Assim mesmo os tecnocratas do Plano fizeram um cronograma para aplicá-lo limitadamente a uma parte dos milhões de miseráveis e a conta-gotas. Os famintos terão de ficar à espera das migalhas.

O Fome Zero servirá para as Igrejas, ONGs e politiqueros enganarem os miseráveis com as bondades do governo "democrático e popular" do ex-retirante e ex-operário metalúrgico. Nos bastidores da vitrine social do PT, Banco Mundial (Bird), FAO, Unesco, estão os exploradores do povo e saqueadores do país.

A volta de Sarney

O oligarca José Sarney e homem da ditadura militar, que havia perdido espaço no governo do PSDB e que se mos-

trou envolvido no escândalo de corrupção de seu clã no governo do Maranhão, ganhou força com o apoio de Lula à sua candidatura para a presidência do Senado. Com ele, retorna à cena Antônio Carlos de Magalhães, cuja biografia é semelhante a de Sarney, com o agravante de que renunciou ao mandato passado de senador devido à violação de votações no Parlamento.

O PT/Lula os elegeram como aliados no Congresso, pagando assim a dívida de ter recebido apoio de ambos na campanha eleitoral.

A pergunta que se fazia, principalmente entre as esquerdas, era como Lula iria governar sem maioria parlamentar. Uma ala respondia que se apoiaria no povo e na legitimidade das eleições.

As negociatas do PT para ganhar aliados a qualquer custo foi a resposta. Trata-se apenas da extensão das alianças e apoios no período eleitoral. Faz parte desse jogo aumentar os privilégios dos parlamentares, que começam a nova legislatura com um aumento de 50% nos seus salários e escandalosos reajustes nas verbas de representação. O governo Lula se adapta ao parasitismo da casta partidária. Tudo igualzinho e muito mais.

O PT prometeu seguir a cartilha do capital financeiro e defender a propriedade capitalista. Com esse fundamento, estava e está livre para compor com as forças burguesas que lhe convier.

A oligarquização do PT é a condição para governar e continuar a existir. O fenômeno do Partido dos Trabalhadores aburguesado segue as leis econômicas e políticas da história do capitalismo no Brasil.

Amigos pela Venezuela

As pressões dos Estados Unidos para que o governo brasileiro não apóie Hugo Chávez surtiu efeito. Lula deu um passo atrás, depois do episódio do envio de petróleo à Venezuela. Avaliou que não pode cruzar o caminho da potência protetora da América Latina. O melhor seria compartilhar com os EUA as interferências nos conflitos.

A saída foi constituir uma comissão

de "Amigos pela Venezuela". Não poderia se chamar, segundo os EUA, "Amigos da Venezuela", como queria o Brasil, porque configuraria um apoio a Chávez. Ocorre que os EUA estão por detrás da oposição pró-imperialista, que pretende a derrubada do governo nacionalista, que ousou controlar a indústria petrolífera contrariando os interesses da potência norte-americana.

O golpe de abril/2002 não se impôs porque a divisão interburguesa no Estado entre nacionalistas e pró-imperialistas se transformou em divisão na população e nas forças armadas. O novo intento, com uma greve de cerca de dois meses, que afetou setores controlados pelos pró-imperialistas, principalmente os petroleiros, não fez senão aprofundar a divisão. Os EUA não puderam ir mais longe em seu intento de derrubar Chávez e se mantiveram nos bastidores da conspiração dos mais poderosos capitalistas venezuelanos e da burocracia estatal vinculada à indústria do petróleo (PDVSA).

A campanha contra o envio de petróleo, sob a denúncia de interferência do Brasil no conflito interno, escondeu a real interferência dos EUA, que sustenta pela segunda vez a conflagração pró-imperialista. Com os "Amigos pela Venezuela", composto por maioria pró-EUA, o governo Lula ficou como um fantoche. Foi neutralizado.

Por cima da OEA e dos "Amigos pela Venezuela", que se mostraram ineficazes para os objetivos dos EUA, voltou à cena Jimmy Carter, propondo a conciliação por meio de uma reforma da Constituição que permita uma nova eleição e encurte o mandato de Chávez. O que significa um golpe legalista, escorado na pressão do movimento pró-imperialista.

Ninguém disse que se tratava de interferência dos EUA nos assuntos internos da Venezuela.

Posição sobre a guerra dos EUA

No seu discurso em Davos, Lula expôs indireta e superficialmente a posição de seu governo frente à guerra de Bush contra o Iraque. "Por isso, defendemos que as controvérsias sejam solu-

cionadas por vias pacíficas e sob a égide das Nações Unidas." Não cita o caso concreto dos preparativos bélicos norte-americanos. Mas o PT vem explicitando com maior desenvoltura.

No artigo, "Não à guerra", José Genóino, diz: "A ONU corre o risco de desmoralização definitiva. Se a guerra acontecer sem seu aval, revelar-se-á que o mundo está à mercê do não limite da força e da violência. Se a ONU der seu aval sem provas evidentes da necessidade do ataque e por pressão dos Estados Unidos, mostrará que se trata de um organismo subserviente aos ditames da força".

A bandeira de "Não à Guerra" do artigo não condiz com a posição formulada acima. Nela fica expressa implicitamente uma possibilidade de apoio à guerra. Trata-se do caso de se comprovar a existência de armas químicas no Iraque. Esse é o ponto chave do problema. O Iraque ou qualquer outro país tem ou não tem o direito a autodeterminação? Se se defende a autodeterminação, implica o direito do Iraque ter o armamento que lhe convier. Não cabe ao imperialismo decidir quem pode ter ou não armas químicas ou nucleares.

Para se colocar verdadeiramente contra a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque é necessário defender o princípio incondicional da autodeterminação dos povos. Colocar a ONU como instrumento que pode decidir a guerra contra o Iraque ou contra qualquer outro país é admitir o poder de intervenção do imperialismo e pisoteamento nas soberanias nacionais.

A bandeira contra a guerra começa pela defesa do direito do Iraque se armar, seguida de denúncia de que o imperialismo utiliza o argumento das armas para ocupar um país indefeso, motivado pela necessidade de controle das fontes de energia e domínio estratégico mundial.

Como se vê, o discurso de paz feito por Lula, manejado com todo cuidado diplomático para não se opor aos Estados Unidos, é impotente perante a ofensiva militar dos monopólios norte-americanos. O pacifismo pequeno-burguês do PT se mostra reacionário.

Acabar com a fome?

Esse é o objetivo do programa Fome Zero?

O POR tem denunciado o assistencialismo burguês do projeto Fome Zero. Segue a mesma linha dos programas assistenciais de FHC/Banco Mundial (Bird). Muda-se apenas o formato. Mas não se trata da denúncia do Fome Zero em si mesmo. A sua função política e ideológica foi bem calculada pela cúpula petista.

Concebeu-se o Fome Zero como uma propaganda para obscurecer a essência da orientação governamental de proteção ao grande capital.

O PT já estava bem integrado ao Estado e, portanto, à política burguesa antes de chegar à Presidência da República. Isso por meio de seus parlamentares, governadores, prefeitos e políticos ligados diretamente à burguesia.

Os dirigentes do PT sabiam que FHC deixaria as finanças da União em frangalhos e na dependência dos acordos com o FMI. O que implicaria dar continuidade a medidas antinacionais (pró-imperialistas) e antipopulares (ataque a vida das massas).

A burguesia brasileira e internacional, por seu lado, calculavam que o PT poderia canalizar os descontentamentos da população contra FHC e ganhar as eleições. Pressionou o PT a expor no período eleitoral um compromisso de sustentar violentas medidas de proteção aos banqueiros credores e monopólios industriais.

Não foi difícil ao PT tirar a máscara do reformismo distribuidor de renda, crítico parlamentar da voracidade do capital financeiro internacional e opositor de metas fixadas pelo FMI. Sua direção tinha plena clareza de que teria de assumir a quebra orçamentária, os acordos com os credores e as reformas neoliberais inacabadas. Fazendo ou não um pacto eleitoral com o grande capital de cumprir os “contratos” e de dar seqüência a medidas previstas nos “acordos”, o governo petista teria de seguir a vontade do grande capital ou então abrir uma crise política apoiando-se nas massas para contrariar o poder dos monopólios.

O máximo que um governo reformista poderia fazer era tomar medidas naci-

onalistas, o que contaria com uma poderosa resistência do capital financeiro. Não se saberia por que caminhos tomariam a divisão interburguesa e a atuação das massas. O exemplo da Venezuela devia ser bem observado pelo comando do PT. Apesar das enormes diferenças nas particularidades dos dois países, há enormes semelhanças nas leis gerais de funcionamento do capitalismo e de sua crise.

Para a direção pequeno burguesa do PT, essa situação se tornou um dilema. Mas o que vigorou e vigora são as pressões do grande capital e a existência de um poder constituído no Estado a ser administrado pelo novo governo. Todas essas forças (partidos, exército, judiciário, Igrejas, Fiesp etc) cercaram o PT em seu compromisso de governar sem causar qualquer ruptura na ordem existente.

O poder oligárquico-monopolista mantém seu governo por meio do PT, embora não fosse sua melhor opção.

O Fome Zero, nessa situação, se destaca justamente por dar um rosto social a um governo que se propunha fazer reformas nacionais e populares nos marcos do capitalismo e inaugurou-se como governo continuísta das reformas antinacionais e antipopulares.

Seus defensores dizem que é só por um tempo, uma simples questão de transição, e que, administrada a crise, serão viáveis mudanças na economia e nas condições sociais. Esse argumento não elimina e nem esconde a capitulação petista. Serve para pedir aos explorados que aceitem mais sacrifícios e para ajudar a burocracia sindical a implementar o “pacto social”.

O PT estabeleceu para o governo Lula três variantes da mesma política: 1) Seguir a risca a diretriz monetária-financeira do grande capital; 2) Promover o assistencialismo com o Fome Zero; 3) Estabelecer um pacto social.

Se o governo Lula tiver êxito, por algum tempo, nessa estratégia, andará com as medidas de proteção ao grande capital, enganará a população com assistencialismo e amarrará as organizações

operárias e camponesas a suas ações. No momento em que se esgotarem as ilusões e os trabalhadores exigirem na luta o cumprimento de suas reivindicações, o tal do governo democrático e popular usará ostensivamente a repressão. Ou, então, se mostrará débil para gerenciar o capitalismo, dando lugar à crise política.

É preciso golpear as massas com uma mão e amenizar os resultados com a outra. Cumpre essa função o assistencialismo e a subserviência da burocracia sindical. O Fome Zero é uma roupagem para o pacto social e para as reformas pró-capital financeiros e monopólios industriais.

Lutar contra a fome

Quem pode resolver a miséria e a fome é quem delas padece. Se as massas foram iludidas com a propaganda eleitoral de mudança social, agora têm de ser iludidas a esperar os resultados das reformas previdenciária, fiscal e trabalhista e do assistencialismo do Fome Zero.

A burocracia sindical e os petistas carreiristas trabalharão para que seja assim. Jogarão com o pacto social.

O Partido Operário Revolucionário chama os explorados a não confiarem nos traidores. É preciso lutar com nossas próprias forças e meios. Temos nossa reivindicações contra a fome e os objetivos de combate à exploração capitalista do trabalho.

Também sabemos exigir do governo Lula que cumpra suas promessas de abertura de 10 milhões de novos empregos e que nenhum trabalhador, criança e velho deixe de comer três refeições ao dia. Que se cumpra já!

O desemprego e a fome não podem esperar por promessas de soluções futuras.

Empunhamos as bandeiras contra a fome e a exploração do trabalho: salário mínimo real de 2400 reais (ou que seja calculado pelas assembleias operárias e populares); reposição das perdas; escala móvel das horas de trabalho e dos salários; recuperação das conquistas trabalhistas; terra aos camponeses.

A Reforma da Previdência do PT é continuidade da Reforma de FHC/FMI

O PT chegou à Presidência da República prometendo “mudanças”. Para a população trabalhadora, mudanças significam medidas governamentais que resolvam o desemprego, a redução salarial, a entrega de terras aos camponeses, o fim do analfabetismo, escola e saúde para todos, condições de moradia e proteção aos direitos trabalhistas.

O governo anterior do PSDB/PMDB/PFL atacou profundamente essas condições elementares de existência. Isso para proteger da crise capitalista os exploradores e aplicar a política econômica ditada pelo capital financeiro internacional. A experiência da maioria explorada com os planos pró-imperialistas de FHC a levou a rejeitar a candidatura do PSDB/Serra e a apoiar a do PT/Lula na expectativa de um novo governo que conduzisse a economia e o país por outro caminho.

Mas o que temos com PT/Lula é o continuísmo das reformas antinacionais e antipopulares, mascarado pelo programa Fome Zero de esmola assistencialista a uma camada dos milhões de famintos. A primeira das reformas consideradas essenciais é a da Previdência. Ela faz parte do programa econômico exigido pelos credores internacionais, pela burguesia brasileira e ditada pelo FMI.

O PT/Lula usa sua popularidade e confiança dos assalariados para terminar a reforma que FHC não conseguiu.

A criminoso reforma petista da Previdência

O governo Lula diz que as mudanças no regime previdenciário do funcionalismo são uma questão de urgência para manter a estabilidade econômica e por motivo de justiça social. Lembremos que foi esse mesmo argumento que FHC utilizou para fazer sua reforma que eliminou a aposentadoria por tempo de serviço, estabeleceu o mecanismo de tempo de contribuição, aumentou a idade e reforçou a previdência privada. Agora, o PT vai completá-la eliminando uma das mais importantes conquistas previdenciárias dos trabalhadores, que é

o direito de se aposentar com o salário integral.

O sistema único do Ministro Berzoini se reduz a eliminar o regime da previdência dos servidores públicos e enquadrá-los no sistema da previdência reformulada por FHC. A farsa do sistema único não tem nada a ver com justiça social e fim dos privilégios. Os altos salários da Previdência do funcionalismo se limitam a uma pequena minoria de parasitas do Estado, que são os parlamentares, juízes e a alta patente militar. Se estes, por ventura, também forem para o INSS, terão como pagar a aposentadoria privada completar e, com certeza, terão algum benefício (verbas, bônus, gratificações etc.) para compensar o dispêndio.

A grande maioria dos servidores recebe até três salários mínimos. Serão estes os atingidos pelo fim da aposentadoria integral. Justamente no momento em que se planeja a destruição da aposentadoria do funcionalismo, os parlamentares decretam reajustes para manter seus altos ganhos. Os únicos que tiveram aumentos em seus vencimentos foram exatamente os parlamentares, juízes e militares. Os trabalhadores da produção tiveram reajustes abaixo da inflação e o funcionalismo em geral está com seu salário congelado há oito anos. Resolver essa “injustiça” não comparece como medida governamental.

A reforma da previdência do PT é criminoso porque acaba com a aposentadoria integral da maioria que recebe um salário de fome, não elimina de fato as vantagens dos parasitas e fortalece a privatização da Previdência pela via da complementação.

É criminoso porque objetiva livrar o Estado da responsabilidade previdenciária para concretizar a política econômica de proteção ao capital financeiro internacional e nacional e aos monopólios. A quantidade de riqueza produzida pela força de trabalho, a baixa participação dos salários na riqueza nacional e a alta concentração de capitais nas mãos de uma minoria expressam a real contradição.

Os trabalhadores produzem uma massa de riqueza capaz de aposentar to-

dos com um salário mínimo real que possibilite uma vida digna, no entanto a grande maioria recebe um salário mínimo de fome, e somente uma casta de parasitas tem vantagens.

O argumento do PSDB/FHC e do PT/Lula de que o déficit da Previdência inviabiliza a economia não passa de um jogo contábil que esconde quem produz toda a riqueza do país, quem a concentra na forma de capital, quem se aproveita dela, quem dilapida as finanças do Estado e quem sangrou os fundos da Previdência desde quando esta foi criada.

É criminoso porque a maioria dos aposentados, que trabalha grande parte de sua vida, chega à velhice com um salário de indigente.

É criminoso porque mantém de fora milhões que não tiveram emprego regular, que não possuíam a carteira de trabalho assinada e que foram obrigados a ganhar seu sustento em atividades informais. Os hipócritas da justiça e da igualdade social, que prometeram mudanças, só vêem o déficit calculado de acordo com o método capitalista de exploração e concentração de riqueza e só têm disposição para planejar mais ataques aos assalariados.

Defender um sistema único, público e sob o controle de quem produz

A classe operária e demais explorados têm de defender um sistema de aposentadoria oposto aos cálculos e interesses capitalistas. A burguesia não tem com que se preocupar na velhice. O patrimônio acumulado pela via da exploração lhe mantém até o fim de sua vida o paraíso. Mas é essa mesma classe quem determina como será a velhice dos assalariados.

Eis por que a classe operária deve exigir da CUT e dos sindicatos uma posição sobre a Previdência contrária à dos capitalistas. O que significa rechaçar integralmente a reforma de FHC e a de Lula. E defender um verdadeiro sistema de proteção à velhice.

O ponto de partida está em reconhecer que a maioria produz toda a riqueza e esta é mais do que suficiente para garantir sua aposentadoria. Com isso, rejeitar o argumento do déficit da Previdência. Acabar com os verdadeiros privilégios que só os parasitas do Estado têm. Denunciar a farsa do sistema único de Previdência do Ministro Berzoini.

Em assembleia por todo o país, dos bairros às fábricas, a população deve ser convocada pelas organizações operárias

e camponesas para aprovar um verdadeiro sistema único, público e sob o controle de um organismo constituído por quem produz e submetido às bases, com revogabilidade de mandato.

Alguns pontos são claros:

1) Que nenhum aposentado ganhe menos do que um salário mínimo real, calculado pelas organizações sindicais e populares;

2) Que todos tenham sua aposentadoria como o salário integral;

3) Que todos se aposentem pelo tempo de serviço, calculado segundo o desgaste da vida dos trabalhadores na produção;

4) Que todos os trabalhadores, sem exceção, tenham o direito à aposentadoria;

5) Eliminação dos ganhos parasitários dos parlamentares, juizes e alta patente dos militares;

6) Fim de todo tipo de Previdência privada.

O 3º Fórum Social Mundial

O 3º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, se diferenciou dos anteriores por sua relação com o Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça. Enquanto o 1º FSM foi convocado se apresentando como de oposição à realização do Fórum de Davos, o 3º FSM se realizou como uma espécie de fórum complementar. A política dominante do Fórum, organizado pelo PT reformista, ONGs, Igreja e Socialdemocracia européia, o dirigiu para a conciliação com o Fórum de Davos, expressa de forma mais clara através do discurso de Lula, em defesa de um pacto social mundial. A projeção da política do governo Lula sobre o Fórum determinou seu caráter geral.

A organização do evento tomou providências para que não restasse a menor sombra de dúvida quanto aos objetivos do FSM: marginalizou o líder camponês francês Bové, excluiu todos os grupos apontados como terroristas ou violentos pelos organismos do imperialismo. O objetivo foi transmitir uma imagem pacifista e de conciliação com os capitalistas. Um de seus dirigentes, Francisco Whitaker, reiterou o rechaço à violência e anunciou a “insurgência pacífica” contra os governos que apliquem a cartilha neoliberal.

Que outro mundo é possível?

A bandeira do FSM, “um outro mundo é possível”, é expressão da utopia reformista do capitalismo humanizado. Opõe-se à luta revolucionária pela destruição do modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado, rechaça a política proletária, a revolução

social, até mesmo a defesa formal do socialismo. O “outro mundo possível” é circunscrito à preservação, ou melhor, ao aperfeiçoamento do capitalismo, apresentado pelos ideólogos da socialdemocracia e do reformismo como reorganizando-se sob “novas formas”. Nem mesmo a força da recessão mundial os desencoraja a manter a apologia do modo de produção vigente, apontado como uma espécie de mutante que é indestrutível, imortal e que tem total possibilidade de adaptação às crises. Diante desse dogma, trata-se, segundo eles, de trabalhar pela “inclusão social” dos excluídos, permitindo-lhes ao menos a sobrevivência. A síntese desse discurso é a proposta de Lula de um Fundo Mundial contra a fome. Não faltam apelos de todo tipo, desde os religiosos até os mais sentimentais. Em comum, concluem com a inviabilidade do socialismo e com a necessidade de conciliar com os opressores, convencendo-os da necessidade de ampliar a distribuição de renda.

Nem antiimperialista

Se o FSM não é socialista, diante da brutal ofensiva econômica e militar dos EUA que se desenvolve no momento, poderia colocar-se como antiimperialista? Seus organizadores repetem “não à guerra, sim à paz”, mas também “não ao terrorismo”, e colocam-se por uma solução dada pela ONU. Sequer colocam-se claramente contra a intervenção norte-americana e ao lado do Iraque. Procuram apoiar-se na pseudo divisão interimperialista para defender a negociação, como se esta contrariasse a guerra. Na verdade, as negociações em curso

são um preparativo para a guerra, para dar-lhe uma aparência pseudodemocrática, decidida nos fóruns da ONU. As divergências entre as potências são pontos de barganha ao redor do controle da produção e distribuição do petróleo mundial. As resoluções da ONU, aplaudida pelos organizadores do FSM, devem ser é rechaçadas.

Quanto ao intervencionismo econômico, o FSM colocou-se pelo apoio ao Mercosul, apresentado como alternativa à Alca. O Mercosul foi um bloco de países atrasados patrocinado por algumas potências européias, entre elas a França, para servir de meio para a ampliação das relações comerciais destes no sul do continente. Jamais serviu como instrumento de independização ou de projeção dos países membros no comércio mundial. Os EUA se opõem a ele porque favorece seus concorrentes europeus na penetração no mercado continental.

A implantação da Alca corresponde às necessidades ianques diante da superprodução. Pretende impor a desova de mercadorias enalhadas em seu país, mantendo o protecionismo contra setores competitivos dos países atrasados, impor a liberdade de superexploração do trabalho, sem nenhuma restrição jurídica, e obter a direção militar dos exércitos nacionais, por meio de bases ianques plantadas em todos os países. O combate à Alca parte da luta de massa pelas reivindicações mais sentidas, que se opõem à sua implantação. A tentativa de negociar a Alca apoiando-se nos atritos interimperialistas, baseando-se na extensão do Mercosul para tratados com Alemanha e França, não será capaz de impedí-la.

Ao negar-se a formular a luta contra o intervencionismo econômico e militar dos EUA, o FSM não conseguiu nem mesmo assumir uma posição antiimperialista.

O que Lula foi dizer em Davos

A ida de Lula ao Fórum Econômico Mundial de Davos foi articulada pelo seu ministro do Planejamento, o veterano participante Furlan, da Sadia. Lula discursou em Porto Alegre à militância e depois viajou para a Europa para falar aos ministros econômicos e economistas do capital financeiro. Organizadores do FSM criticaram Lula por ter ido a Davos quando este perde a influência e importância internacionais, enquanto o FSM se destaca. Dizem que hoje já não há mais defensores do neoliberalismo, e por isso Lula não deveria fortalecer o encontro europeu. Na verdade, os reformistas, antigos "opositores" do neoliberalismo, assumiram boa parte de seus ideais, mesclando-os com tinturas assistencialistas, dando-lhe uma cara mais "humana".

A ida de Lula a Davos tem justamente esse caráter. Elogiado pelos dirigentes do Banco Mundial e do FMI pela política econômica do governo, Lula foi fazer um "credo" diante dos mandantes da economia mundial. De um lado, pediu negociações para a paz, o pacto social mundial, o Fundo mundial contra a Fome e uma maior distribuição de renda. De outro, condenou o terrorismo, professou a manutenção da política econômica do governo anterior e os compromissos de superávit público para garantia de pagamento aos credores.

A esquerda arrastada

As correntes de esquerda e o PSTU foram ao FSM para tentar puxá-lo para a esquerda. Com faixas e palavras de ordem, pretenderam pintar o evento de cores que não tinha. Suas faixas contra a guerra e a Alca e seus remendos ao lema do FSM ("um mundo socialista é possível") ajudaram apenas a criar confusão sobre a militância.

Um partido revolucionário, diante de um evento como esse, que agrupa mi-

lhares de militantes de dezenas de países, teria de ir ao encontro para denunciar seus organizadores, criticar a tônica das palestras e debates, e defender a política revolucionária em oposição à reformista e conciliadora. A tentativa de maquiá-la ou de esquerdizá-la anula a política revolucionária e fortalece as ilusões e o próprio pensamento reformista.

É preciso dizer claramente que o reformismo e a socialdemocracia colaboram com a preservação da opressão nacional e social. Que as massas têm de se livrar dos ideólogos da pequena burguesia que pretendem dar um tom cor-de-rosa à exploração, e confiar em suas próprias forças para, com sua mobilização, avançar para a conquista de suas reivindicações, a destruição do capitalismo e a construção do socialismo.

A projeção das idéias de conciliação de classe pelo FSM e suas propostas concretas o colocam na contramão da revolução proletária. E é esse seu caráter contra-revolucionário que as esquerdas ajudam a encobrir.

Piauí: PT ameaça com 14 mil demissões e despejos

O Governo do Estado do Piauí, nas mãos do PT, tem tomado um conjunto de medidas que em nada alegam os seus eleitores, que há menos de três meses o elegeu na expectativa de que seria diferente da política da direita.

O fato é que o governador Wellington Dias deixou nos cargos de confiança e em secretarias fortes, velhos conhecidos do povo, que há tempos usurpam, desviam, fazem todo tipo de tramóia com os recursos públicos. Com isto, mostra que é impossível governar sem que parte da burguesia e oligarquia local não as tenha em suas mãos os cargos fortes e dite as regras mais importantes do jogo.

O que tem virado notícia nos últimos dias, é a decisão de demitir mais de 14 mil funcionários públicos do Estado "não concursados". As áreas mais afetadas seriam a educação e a Saúde.

O sindicato dos servidores públicos da Saúde organizou uma grande paralisação no último dia 31, em frente a um dos maiores hospitais da capital - Hospital Getúlio Vargas, que já é palco de algumas mobilizações do funcionalismo. Semanas antes dessa paralisação, a CUT já havia soltado na cidade um panfleto intitulado "Carta Manifesto", que foi o primeiro documento de repúdio aos desmandos do governo do PT no Piauí.

Esta Carta Manifesto foi assinada também pelo SINDESPI (Sind. dos empregados em estabelecimentos de saúde), que por sua vez traz o nome de uma deputada do PT, Francisca Trindade, ainda mais dois vereadores da Câmara Municipal de Teresina, Dr. Pessoa e R. Silva, e pela UMP (União das mulheres piauienses). O Panfleto diz: "Wellington Dias está querendo mesmo é enxugar a folha de pagamento para poder honrar com os pagamentos das dívidas que o Estado tem com a União e com os banqueiros nacionais e internacionais." (...) "Ele não pode mexer com os grandes empresários e nem tampouco com os apadrinhados de deputados, que estão em altos cargos do governo", justifica o panfleto quanto às demissões do governo. Quando a história chegou à imprensa, a deputada do PT citada disse aos jornais locais que foi convidada pelas entidades que lutam contra as demissões para levantar a bandeira da não-demissão, no entanto, não concorda com a opinião do panfleto, principalmente na parte que diz que o governo está demitindo porque não pode mexer com os grandes empresários e tampouco com os apadrinhados de deputados, que estão em altos cargos do governo.

A Carta manifesto fez duras críticas às posições políticas de Wellington Dias, e afirma que o governo se esconde atrás da

lei para não justificar as verdadeiras intenções desta perseguição aos servidores estaduais, "...Segundo o governador, as demissões são caso de justiça. Ora, mas acontece que essa mesma justiça já determinou que o Governo do Estado pague o salário mínimo como vencimento básico para os serviços públicos, há quatro anos, e o governo, mesmo de Wellington Dias (PT), até agora não obedeceu à decisão do STE ou seja, o governo não segue a Justiça quando é para melhorar a vida do servidor, mas segue quando é para fazer o mal"

Os responsáveis pela Carta Manifesto alegam que conversaram com o governador, mas que este não se mostrou sensibilizado pela situação dos novos futuros 14 mil desempregados, e reafirmou que estes servidores irregulares têm um prazo de 90 dias. Está aí a cara do governo do PT, já nos mostra a que veio e quem servirá.

Como se não bastassem as demissões destes servidores, o governo ameaçou de despejo um grupo de trabalhadores ambulantes, que há mais de 8 anos têm suas barracas no Ceasa de Teresina. O governo deu prazo até dia 15 de fevereiro para que deixem de ser ambulantes e se tornem feirantes. O que estebelece a concorrência e divisão entre os ambulantes, que devem rejeitar a posição do governo e lutar pelo direito ao trabalho.

Para o PT, reajustar o Fundef quebra o orçamento

O Fundef foi o instrumento criado para intensificar a municipalização do ensino fundamental, elemento essencial da reforma educacional de FHC/Banco Mundial. A meta é a transferência desse nível de ensino para a responsabilidade dos municípios. No censo escolar de 2002 indica que a rede municipal possui a maioria das matrículas do ensino fundamental. Dos 35.233.996 alunos, 17.706;397 estão nas escolas municipais. Em 1996, eram 33% e, agora, já são 50,3%. As escolas mantidas pela prefeitura detém 65% das matrículas das quatro séries iniciais. O objetivo governamental era a de que em 2005, com a retirada do Fundef, os municípios arcariam com a maioria dos alunos.

O Fundef estipulou um valor irrisório por aluno e estabeleceu um salário médio dos professores a partir dessa cota. Isso por que implicava complementação de recursos às regiões pobres que não pudessem cumprir com o custo-aluno, determinado por essa lei. Mesmo com esse valor, os Estados do Piauí, Maranhão, Pará e Bahia recorrem à complementação da União.

Todo esse mecanismo serve, na verdade, para mostrar que os municípios não têm condições de arcarem com a maioria dos alunos que estuda na escola pública. É só verificar o custo real de um aluno do ensino fundamental para se ver que a quase totalidade dos Estados não têm como sustentar a educação. Sem dizer sobre a violenta corrupção que corre ao lado do fundef.

A lei do Fundef faz parte do conjunto de reformas pró-imperialistas que vêm sendo impostas desde o início da década de 90. Sua essencialidade está na desobrigação do Estado para com o ensino público, no incentivo às parcerias com a iniciativa privada e na contribuição da comunidade escolar. A municipalização é o primeiro passo.

O PT dá continuidade ao Fundef

A reforma educacional de FHC não

será interrompida. O Ministério da Educação do governo do PT lamentou o baixo valor do Fundef, mas disse que a curto prazo não há como corrigir. A secretária de Educação Municipal, Maria José Feres, disse que “farão de acordo com as possibilidades. Temos limites orçamentários e obrigações com programas estabelecidos no Plano Plurianual”.

Com esses argumentos, o Fundef foi reajustado em 6,7%. O custo aluno foi para R\$446,00 (de 1ª a 4ª série) e R\$468,30 (de 5ª a 8ª). Se o governo cumprisse a determinação da lei, o custo aluno seria de R\$733,00. Os 6,7% é bem abaixo da correção prevista.

Antes de alcançar o poder do Estado, o PT fazia oposição parlamentar à reforma educacional do PSDB criticando exatamente o não cumprimento da correção do Fundef. Criticava a não extensão do fundo para o ensino médio e levantava a bandeira do Fundeb, envolvendo todo o ensino básico. Nem bem chegou a um mês de governo, o PT usa os mesmos argumentos do governo FHC de que “a União teria de repassar R\$3,5 bilhões de reais”. O repasse atual é de R\$395 milhões. O aumento do Fundef provocaria, segundo o governo petista, um rombo no orçamento.

O PT alega que o perigo de quebrar o orçamento sabendo que ele está condicionado ao pagamento da dívida externa e interna, que arromba os cofres públicos. Os petistas fazem como o governo anterior, que disse: “que se quebre a educação, mas não se quebre o orçamento”.

Há um outro problema que foi fruto de campanhas petistas: a corrupção em torno do dinheiro do Fundef. De fato, as provas são evidentes de que uma parte do dinheiro foi desviada pelos governantes e serviu para todo tipo de falcatruas, da lavagem de dinheiro do narcotráfico às mordomias palacianas. E, agora, o PT vai punir os envolvidos com o roubo do Fundef? Nada foi dito. O que o PT pediu foi um prazo para “estudar” o valor “possível” para o Fundef. Enquanto isso, vale o reajuste de 6,7%.

O governo PT/Lula não rejeitará a

reforma da educação ditada pelo Banco Mundial. O aumento de verbas para o ensino público de 3,7 para 7% do PIB, anunciado na campanha eleitoral, ficou para o futuro. A política educacional de Lula está determinada pelos acordos já assinados com o FMI. O que significa manter o ensino nas condições já precárias e os professores com salários arrojados e destituídos de direitos trabalhistas e previdenciários.

Os trabalhadores devem exigir do governo Lula:

Sempre fomos contra o Fundef, porque é o mecanismo para impor a reforma privatista da educação. O PT nunca se posicionou contrário. Limitou-se a ampliar sua extensão (Fundeb). Na campanha eleitoral, fez promessas para atrair os estudantes, professores e pais de “melhorias para a educação”. Nesse sentido, os trabalhadores devem exigir que se cumpra imediatamente o que prometeu:

- Aumentar a aplicação dos recursos para a educação para 7% do PIB;
- Que reajuste imediatamente o fundef para R\$733,00
- Que amplie a responsabilidade do Estado para com toda a educação básica, coloque em prática o Fundeb
- Que puna os que roubaram o dinheiro do Fundef.

Os trabalhadores devem exigir que a CUT e sindicatos organizem uma campanha nacional em torno das reivindicações:

- O fim da reforma privatista de FHC/Banco Mundial. Nenhum passo a mais na destruição da escola pública.
- Que o Estado se responsabilize financeiramente com o sustento de todos os níveis de ensino;
- Nenhum aluno fora da escola. Nenhum professor desempregado
- Reajuste imediato dos salários. Fim da farsa dos bônus;
- Fim da reforma da Previdência de

FHC e Berzoini

- Acesso livre a todos os níveis de ensino. Fim dos vestibulares;
- Extinção de toda a rede privada e estatização de todo o sistema
- Defesa da escola pública, gratuita, laica,

autônoma e vinculada à produção social.

Para isso é necessário:

Convocar assembléias e aprovar o caminho da luta

Não dar trégua e não aceitar os argumentos que expressam o continuísmo da reforma educacional

Organizar os trabalhadores da educação e alunos para defender a educação pública

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques, se contrapondo à tentativa de organização dos foquistas do período, que se colocavam contra a intervenção nos sindicatos.

Questões de Organização

II – Teoria Contrária à Intervenção nos Sindicatos (2ª parte)

Para ganhar e influenciar as massas, para poder ampliar o marco da militância partidária, a primeira coisa que devemos fazer é abandonar qualquer postura sectária ou ultimata. Não podemos dispensar o mesmo tratamento aos dirigentes (estes devem observar uma disciplina rigorosa e se auto-educarem constantemente) e aos elementos novos que se aproximam do partido (com estes devemos ter o máximo de tolerância e paciência). Não podemos esperar que os operários apareçam milagrosamente com uma formação trotskista cem por cento completa e é natural que tenham feito suas primeiras batalhas sindicais e políticas com outras correntes. Devemos supor que estes operários tenham preconceitos quanto a muitas posições partidárias. Tendo em conta estas condições normais na vida partidária e que são desfavoráveis em certa medida para o nosso trabalho, nossas missão básica

está em ganhar estes operários atrasados para o nosso programa e convertê-los em militantes.

Os operários só começarão a se aproximar de nossas posições (e isto supõe a possibilidade de que leiam nossos materiais, nos escutem e comecem a atuar segundo nossas posições) se tiverem confiança em nós, ou seja, se são convencidos de nossa honestidade, de nossa capacidade e de nosso valor na luta. Os operários da base adquirem este conhecimento na vida diária e não na literatura partidária. O militante porista se quiser ganhar operários para o Partido, deve começar a viver a vida deles e trabalhar seriamente no seio das massas em todo conflito e em todo problema que apareça, por menores que estes sejam. O Partido tem o dever de educar o militante para que ele tenha êxito nesta atividade.

Os militantes quando se sentem isolados (isolamento explicável quando se inicia o trabalho) na maioria das vezes recorrem ao ultimatismo. Esta conduta (na verdade antipartidária) é consequência, quase sempre, do desespero. O ultimatismo pode levar os militantes a se enquistarem e a se isolarem completamente das massas. O ultimata pensa que as massas que não aceitam imediatamente a íntegra do programa trotskista não merece se aproximar do partido, que este não deve desperdiçar suas energias preocupando-se com eles e que definitivamente estão perdidos. Nos momentos de radicalização, os operários atrasados dão saltos para frente e podem se considerar defensores do programa revolucionário. Nossa atitude deve ser diametralmente oposta ao ultimatismo, devemos ter uma paciência ilimitada com estes companheiros e explicar-lhes pacientemente os acertos de nossas posições ao calor da própria experiência.

O partido não deve somente capacitar teoricamente os militantes operários,

mas que – e isto que é o mais importante –, deve educá-los para que sejam os melhores dirigentes sindicais e os melhores propagandistas do programa trotskista. O militante que começa a se politizar, se se eleva acima da média dos trabalhadores tende naturalmente a se isolar deles. Utilizam uma linguagem incompreensível para seus companheiros e as vezes adquirem hábitos totalmente estranhos ao meio operário. A linguagem obscura e cheia de citações livrescas, quase sempre não oportunas, é o resultado de uma formação deficiente sobre o verdadeiro papel do Partido e de seus militantes. As organizações partidárias, principalmente as encarregadas pelo trabalho sindical, devem combater estes defeitos na formação dos militantes. O bom revolucionário é aquele que expõe suas idéias, sem ocultá-las nem deformá-las, em uma linguagem fácil de compreensão para seus companheiros de trabalho. Esta sensibilidade e clareza na exposição se adquirem, por estranho que pareça, por meio do aprofundamento da teoria. Ao mesmo tempo, este revolucionário politizado deve viver a vida de seus próprios companheiros, de forma que o grosso da massa se convença de que saiu de seu próprio seio e que em nenhum caso se separará da classe.

A experiência nos ensinou que no plano sindical o partido freqüentemente tem de recorrer à formação de frações sindicais com elementos estranhos a nosso partido, mas que coincidem com nossa posição e soluções de certos problemas sindicais. Os ultimata acham que as frações sindicais são prejudiciais.

O sectarismo e o ultimatismo dominaram, para desgraça do movimento revolucionário, a vida do POR boliviano por um bom tempo após a morte de Aguirre. Para eles o total isolamento parecia o ideal para uma organização que acreditava que a tomada do poder estava totalmente perdida para ela.

Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados em 15 de janeiro de 1919

Estes grandes líderes foram assassinados pela polícia de Berlim, não só por terem demonstrado grande capacidade teórico-política, mas por terem ganhado as ruas como organizadores dos explorados e como dirigentes que nunca deixaram de lutar à cabeça das massas contra o capitalismo já em decadência.

Rosa Luxemburgo nasceu na Polônia no ano de 1871 e se converteu em uma figura que se destacou da esquerda da Segunda Internacional, isto até 1914, quando se declarou fiel à linha internacionalista e derrotista, isto em resposta à guerra inter-imperialista (1914-1918). Juntamente com Karl Liebknecht funda a "Liga Espártaco", abertamente marxista-leninista. Participou como dirigente na revolução alemã de 1918 e contribuiu com a formação do Partido Comunista Alemão.

Entre suas obras mais importantes se contam "A Acumulação Capitalista", "Reforma e Revolução" etc.

Karl Liebknecht nasceu em 1871. Líder de destaque do movimento operário revolucionário alemão.

Com Franz Mehring e Rosa Luxemburgo organizou a "Liga Espártaco", posição revolucionária frente ao revisionismo e social-patriotismo da Segunda Internacional. Fundador do Partido Comunista Alemão e do Movimento Juvenil Comunista.

Antes da primeira guerra mundial ganhou renome entre os revolucionários e socialistas por sua luta contra o militarismo. Sentenciado a dezoito meses de prisão de prisão por causa de seu folheto intitulado "Militarismo e Anti-militarismo".

Foi convertido em símbolo do internacionalismo proletário e da irreconciliável oposição à guerra imperialista.

Em 3 de agosto de 1914, se opôs a votar os créditos de guerra na reunião da fração parlamentar social-democrata, ainda que obedecendo a disciplina parti-

dária, votou a favor na reunião do Reichstag de 4 de agosto. Na votação de 2 de dezembro de 1914, foi o único deputado que votou contra.

Pouco antes publicou na imprensa socialdemocrata da Suíça, juntamente com Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Clara Zetkin, uma declaração contra a posição oficial do Partido. Em março de 1915 em uma votação do Reichstag, votaram contra os créditos de guerra Liebknecht e Otto Rühle.

Em 1915 começou a publicar suas "Cartas de Espártaco".

Na Conferência de Zimmerwald enviou uma carta com a consigna de "Não Paz Civil, mas guerra civil, esta é nossa consigna.

Em 12 de janeiro de 1916, a fração parlamentar social-democrata o expulsou.

Saudou a Revolução Russa como um exemplo a ser imitado

(extraído do Jornal MASAS boliviano n.º 1837 de 10/01/2003)

Cerqui

Onde está a direção revolucionária internacional?

A aviação dos Estados Unidos e da Inglaterra continua com seus bombardeios sem cessar do território do Iraque, afirmando estarem procurando acertar depósitos de bombas e armas de destruição em massa. O imperialismo não deixa de ajustar seu aparato invasor, sua preocupação é militarizar os problemas com que se choca, a fim de buscar o caminho que lhe permita escapar das graves consequências da descomunal crise econômica que demonstra a quebra da ordem social burguesa. Em muitos países, as massas famintas ganham as ruas e se percebe que no fundo das mobilizações se agitam as tendências até a destruição

do capitalismo putrefato.

A esquerda anticapitalista e pró-comunista parece ter desaparecido do cenário. Os democratizantes, os esquerdistas reformistas e colaboracionistas são arrastados por alguns caudilhos populistas e de mentalidade burguesa. Estas pessoas ganham as eleições e conseguem alguns êxitos no campo sindical em troca de procurar a continuidade da ordem social burguesa, em meio a sua descomunal crise econômica.

E o marxismo-leninismo e principalmente o trotskismo?

Tem-se a impressão de que a queda do estalinismo restaurador do capitalismo os tivesse arrastado ao abismo.

Os fenômenos econômicos-sociais, a explosão da agitação social, constituem o clarim que anuncia a revolução, pois chegou o fim do capitalismo em decomposição.

É este fenômeno que obrigam os revolucionários a esgotar todos os esforços encaminçados em por em pé o Partido Mundial da Revolução Social, quer dizer a Quarta Internacional.

(Extraído do Jornal Masas boliviano n.º 1834 de 20/12/2002)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Cerqui

Como Descobrir até onde se encaminha as leis da história e seu destino?

A política revolucionária seria inconcebível à margem das leis da história e a autocrítica é imprescindível para analisar se a política partidária expressa ou não essas leis e por quê.

A política revolucionária (a apresentada no programa do POR) é a finalidade estratégica que propõe o proletariado, ou seja, a revolução social, a mudança qualitativa do capitalismo apodrecido pelo comunismo.

Isto quer dizer que esta política é a expressão das leis da história, encarnadas na classe operária.

O proletariado, força de trabalho não proprietária dos meios de produção, é o instrumento através do qual atuam as leis da história, o que em nenhum momento deve ser entendido como se tra-

ta-se de um anúncio acadêmico, mas de sua execução instintiva.

Temos indicado que a contradição fundamental da sociedade é a essência das leis da história. Não devemos esquecer que a conduta do operário assalariado está definida pelo fato de que não é proprietário dos meios de produção (tanto da grande como da pequena propriedade). Isto permite compreender porque dizemos que o proletariado transformará qualitativamente a sociedade burguesa, isto ao substituir a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção pela propriedade social.

As leis da história não se cumprem de forma mecânica, como uma fatalidade. O processo se dá através de avanços

e retrocessos, de maneira oscilante, com vitórias e derrotas. As leis da história funcionam desta forma.

Para conhecer até onde se orientam as leis da história, os obstáculos que se encontram no seu caminho, suas oscilações, necessariamente o revolucionário tem que viver a vida dos operários de base, esses que executam as leis da história instintivamente.

A autocrítica serve para explicar porque o militante se equivoca ao julgar a orientação da história e os obstáculos que encontra em sua materialização.

Extraído do Jornal Masas boliviano n.º 1834 de 20 de dezembro de 2002

Iraque

Petróleo leva EUA à guerra

A decisão de ocupar militarmente o Iraque foi tomada há tempo pelo governo Bush. Não está sob a anuência da ONU. Os EUA atuam por cima de qualquer organismo internacional. É para isso que aplicam 350 bilhões de dólares em armamentos e segurança. Essa prepotência alcançada após a 2ª Guerra Mundial expressa o ponto mais alto a que chegou o sistema imperialista de dominação.

A América do Norte imperialista precisa controlar as fontes de petróleo da região. Do Norte da África ao Golfo Pérsico, encontram-se mais de 70% das reservas mundiais. Um bom motivo para usar o gigantesco arsenal bélico e ativar a indústria bélica que padece de

superprodução. Desde a ocupação do Afeganistão, dissemos: os EUA necessitam da guerra.

A França e Alemanha têm claro que seu maior concorrente imperialista se lança ao expansionismo. E não têm como se comportar como sócios menores na divisão territorial. A Inglaterra, sim, segue seu amo, contando com alguma vantagem no novo quadro de redivisão das áreas de influências e domínio das potências. Contar com a discordância da França e Alemanha para se evitar a guerra é o mesmo que apoiar os EUA. Ter ilusão no Conselho de Segurança da ONU e nos inspetores capachos do imperialismo é esconder-se como o rato do gato.

Por que necessitamos de clareza nes-

ta questão? Porque o governo do PT/Lula pede a paz por meio da ONU. Assim, admite a guerra se esta estiver alicerçada por uma resolução do Conselho de Segurança. Ora, estamos diante de uma guerra de rapina imperialista contra uma nação oprimida, que por ventura está assentada em um rico lençol petrolífero. Esta posição legalista não se contrapõe à guerra.

O que está colocado é denunciar os verdadeiros objetivos dos EUA, defender a autodeterminação das nações oprimidas, chamar os povos explorados do mundo a se levantarem contra o imperialismo e organizar o movimento mundial dos trabalhadores contra o capitalismo decadente e bárbaro.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

VII Congresso do POR - Resoluções internacionais e Nacionais

Programa do POR

Leon Sedov, filho, amigo, lutador